

COD	PROGRAMA	VALOR
0003	Administração e Gerenciamento	587.000,00
0010	Gestão do SUS	1.717.000,00
0020	Atenção Básica	11.451.878,50
0025	Edificações Públicas	10.000,00
0026	Previdência Municipal	8.549.882,00
0030	Média e Alta Complexidade	1.345.202,84
0039	Assistência Farmacêutica	323.028,78
0050	Vigilância em Saúde	748.244,84
0487	Descentralização das Ações de Assistência Social	1.603.600,00
TOTAL GERAL		26.335.836,96

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ORÇAMENTO FISCAL

DESPESAS CORRENTES	42.493.500,00
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	18.032.000,00
3.2.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida	400.000,00
3.3.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes	24.061.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.007.500,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	5.707.500,00
4.6.00.00.00.00 Amortização da Dívida	300.000,00
RESERVAS	700.000,00
9.9.99.99.00.00 Reserva de Contingência	700.000,00
TOTAL	49.201.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS CORRENTES	21.989.954,96
3.1.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	10.590.062,57
3.3.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida	6.058.533,52
DESPESAS DE CAPITAL	488.170,00
4.4.00.00.00.00 Investimentos	308.450,88
4.6.00.00.00.00 Amortização da Dívida	0,00
RESERVAS	3.857.712,00
9.9.99.99.00.00 Reserva de Contingência	2.966.069,12
TOTAL	26.335.836,96

Art. 3º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor à:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 4º - Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 5º - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á até a Modalidade de Aplicação, conforme art. 6º da Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO**

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA 14/2023

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a **RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO**

ADESÃO A ATA 14/2023. DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE GRÁFICA E SERIGRAFIA. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO, Nº 4.378, 12 DE DEZEMBRO DE 2023, PÁG. 702

ONDE SE LÊ: R\$: 655.000,50 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais e cinquenta centavos).

LEIA-SE: R\$ 614.090,75 (seiscentos e quatorze mil e noventa reais e setenta e cinco centavos).

Porto Esperidião-MT, 19 de dezembro de 2023- MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

**GABINETE
LEI Nº 933/2023, 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

“DISPOE SOBRE: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA O ROTARY CLUB DE PORTO ESPERIDIÃO/MT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas legais atribuições, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU e SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública municipal o Rotary Club de Porto Esperidião/MT, associação sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Parágrafo único: A sede da entidade mencionada no caput deste artigo, com ampla atuação neste Município de Porto Esperidião/MT, localiza-se na Rua Joaquim Borges de Freitas, Bairro Beira Rio, Porto Esperidião/MT – CEP 78240-000, inscrita sob o CNPJ de nº 23.647.005/0001-06, com Estatuto devidamente registrado.

Art. 2º - Com a declaração mencionada no artigo anterior, a entidade passará a gozar de todos os direitos permitidos em Lei junto aos Poderes Públicos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião, 19 de dezembro de 2023

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

**GABINETE
LEI N.º 934/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER O DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores **APROVOU e SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a particular, a título gratuito, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, o uso de imóvel constituído de área de 25m2, localizada no Lote 01, da Quadra 17A, do loteamento Vila Picada, neste município.